PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2026

CONTRATANTE (UASG) 102139 – FEUSP

OBJETO
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO-VISUAL

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 19.934,70

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia **25/11/2026**

HORÁRIO DA FASE DE LANCES
09h00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:
Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

Link: https://www.comprasnet.gov.br

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

Sumário

1. DO OBJETO 3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES . 8
6. DA FASE DE JULGAMENTO 12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO 14
8. DOS RECURSOS 17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 18
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 20
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 20

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Processo SEI nº 154.00016807/2026-76

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio **da Faculdade de Educação**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **fornecimento de equipamentos de áudio visual** de conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa nº 03/2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para todos **os itens** a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante.

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. Será permitida a participação de:

2.8.1. cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8.1.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.8.2. pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8.2.1. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na presente licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei federal nº 14.133/2021.

2.9. O impedimento de que trata o subitem **2.7.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens **2.7.2** e **2.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.

2.13. A vedação de que trata o item **2.7.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **7.1.1** e **7.12.1** deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **3.4** ou **3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **3.11** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. **Valor unitário** e **total** do item.

4.1.2. Marca e modelo (obrigatório), sob pena de desclassificação da proposta.

4.1.3. Fabricante, quando aplicável.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

4.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

4.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de: **Itens 1 e 2 - R$ 10,00 (dez reais).**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **5.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

5.21.2.2. empresas brasileiras.

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

5.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes, para um mesmo item, em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido pela Administração.

5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.4. O resultado da negociação, se houver, será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, observando, inclusive, as disposições do item **7.12.** do edital.

5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **2.7** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF.

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (http://www.esancoes.sp.gov.br).

6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx); e

6.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/apenados).

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

6.2. A consulta ao cadastro especificado no subitem **7.1.4.** será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **2.5.1** e **3.6** deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a melhor proposta que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis.

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta de preços; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital e no termo de Referência, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.

7.5.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

7.5.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.10.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.10.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.10.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS,** prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.*

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **7.12.1.**

7.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **https://sei.sp.gov.br/sei/** ou mediante solicitação formal via e-mail: **comprasfe@usp.br.**

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Observadas as disposições da Resolução USP nº 8548/2023, que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: http://www.leginf.usp.br, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, em especial:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra.

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

9.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

9.1.6.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:

9.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.2.2. Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa.

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 26, alínea "b" – Resolução USP nº 8548/2023.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa (art. 156, §7º).

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1**, **9.1.2** e **9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4**, **9.1.5**, **9.1.6**, **9.1.7** e **9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1**, **9.1.2** e **9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem **9.1.3,** caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados (art. 156, §9º).

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: comprasfe@usp.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br.

11.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.12.2. ANEXO II – Proposta Comercial

11.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

11.12.4. ANEXO IV – Orientações sobre a retenção de imposto de renda

11.12.5. ANEXO V – Termo de Ciência e Notificação

São Paulo, na data da última assinatura digital

José Sérgio Fonseca de Carvalho

DIRETOR

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

ANEXOS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA - FORNECIMENTO - PREGÃO

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Processo SEI nº 154.00016807/2026-76

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **equipamentos de áudio visual,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	**AMPLIFICADOR** • Tipo: Amplificador compacto de mesa com mixer integrado • Potência de saída: Mínimo de 100 W RMS em 4 ohms • Compatibilidade de carga: saída para caixas acústicas passivas de 4 ohms (compatível com as caixas já instaladas) • Entrada de microfone: mínimo de 1 entrada para microfone, conector P10 (6,35 mm) • Entradas auxiliares: mínimo de 2 entradas auxiliares de linha, conector RCA, com seleção de fonte • Saída de linha: mínimo de 1 saída de linha (line out), conector RCA • Controles de volume: volume independente para a entrada de microfone e para as entradas auxiliares • Equalização: controle de tons com ajuste mínimo de graves e agudos	470930	Unidade	20	704,52	14.090,40

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

	• Resposta de frequência: mínimo de 20 Hz a 20 kHz • Distorção harmônica total (THD): igual ou inferior a 0,1% a 1 kHz • Consumo de energia: máximo de 140 W • Alimentação elétrica: 127 V e 220 V (bivolt, automático ou por chave seletora) • Comandos e indicadores: chave liga/desliga e indicador luminoso de funcionamento • Construção: gabinete compacto e resistente, próprio para uso contínuo em ambiente interno					
2	**GRAVADOR** • Tipo: gravador digital de voz portátil, de bolso; • Microfone: microfone estéreo integrado • Modos de captação: mínimo de 2 modos: direcional/focado (voz individual) e amplo (várias pessoas) • Redução de ruído: filtro de corte de baixa frequência (low-cut) durante a gravação • Formatos de gravação: MP3 e PCM linear (WAV), com qualidade mínima de 44,1 kHz/16 bits em PCM • Resposta de frequência: mínimo de 50 Hz a 20.000 Hz (em PCM e em MP3 de alta taxa) • Memória interna: mínimo de 4 GB • Memória expansível: compartimento para cartão microSD, com suporte mínimo a 32 GB • Conexão com computador: conector USB integrado ao corpo do aparelho, sem necessidade de cabo, compatível com USB 2.0 (alta velocidade) • Entrada externa: entrada para microfone externo, conector P2 estéreo (3,5 mm) • Saída de áudio: saída para fone de ouvido, conector P2 estéreo (3,5 mm)	448014	Unidade	6	974,05	5.844,30

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

	• Alto-falante: integrado para reprodução • Visor: com informações de gravação, tempo e nível de pilha • Recursos de gravação: gravação acionada por voz (VOR) e monitoramento da gravação por fone • Recursos de reprodução: controle de velocidade de reprodução e marcação de faixas, para facilitar a transcrição • Alimentação: 2 pilhas AAA, comuns ou recarregáveis • Autonomia: mínimo de 55 horas de gravação contínua em MP3 com o microfone integrado • Compatibilidade: reconhecido como dispositivo de armazenamento USB em Windows e macOS, sem software proprietário obrigatório					

1.1.1. São requisitos comuns a todos os itens:

Condição:	Novos, de primeiro uso e em linha de fabricação
Embalagem:	Original e lacrada, preferencialmente de material reciclável
Acessórios:	Todos os que vêm de fábrica
Documentação:	Manual de instruções em língua portuguesa e certificado de garantia
Garantia:	Mínimo de 12 meses contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo
Assistência Técnica:	Autorizada, em território nacional, preferencialmente no Estado de São Paulo
Comprovação Técnica:	Indicação de marca e modelo na proposta, com catálogo, folheto ou ficha técnica do fabricante

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

1.1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O **CONTRATADO** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026,** conforme detalhamento a seguir:

I. ID PCA no PNCP: 63025530000104-0-000032/2026

II. Data de publicação no PNCP: 23/06/2025

III. Id do item no PCA: 180, 182

IV. Classe/Grupo: EQUIPAMENTOS PARA GRAVAÇÃO E REPRODUÇÃO DE VÍDEO, 5996 - AMPLIFICADORES

V. Identificador da Futura Contratação: 102139-113/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Constantes no Termo de Referência Preliminar e no Estudo Técnico Preliminar, apêndices deste Termo de Referência.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados do(a) data do envio da notificação de fornecimento, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **05 (cinco) dia(s)** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida da Universidade, 308, Butantã – São Paulo, SP, 05508-040 – Serviço de Materiais, sala 33.

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.9. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.10. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.15. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

6.16. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.16.1. Constantes no Termo de Referência Preliminar e no Estudo Técnico Preliminar, apêndices deste Termo de Referência.

Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze)** dias, a contar da notificação do **CONTRATADO**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal/Fatura relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**;

7.10. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE.**

Prazo de pagamento

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

7.12. O pagamento será efetuado no prazo não inferior a **28 (vinte e oito)** dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023 e da Portaria GR nº 8249/2023.

7.12.1. São condições para a liberação do pagamento:

a) O recebimento definitivo do objeto;

b) A entrega da documentação fiscal completa;

c) A não existência de registro do **CONTRATADO** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº 53.455/2008.

7.13. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.

7.13.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.

7.13.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pelo **CONTRATADO.**

7.14. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.

7.15. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

7.16. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

7.17. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19.1. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.19.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO.**

Forma de fornecimento

8.2. **O fornecimento do objeto será integral.**

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor.

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.9.1. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. **Agricultor familiar:** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.

8.12. **Produtor Rural pessoa física:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (artigos 15 a 17 e 146).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso.

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU**) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.19. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples.

8.23. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

8.23.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

Qualificação Técnica

8.24. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.24.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.24.1.1. **Fornecimento de equipamentos iguais ou equivalentes ao objeto deste edital no montante mínimo de 10% do valor total estimado para contratação.**

8.24.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante.

8.24.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.24.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

do **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.25. Tratando-se de **CONSÓRCIO**, caso admitida a sua participação:

8.25.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a. Designação do consórcio e sua composição.

b. Finalidade do consórcio;

c. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;

8.25.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.25.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei federal nº 14.133/2021.

8.25.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.26. Caso admitida a participação de **COOPERATIVAS**, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

8.27. Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.

8.27.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

8.27.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 19.934,70 (dezenove mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta centavos),** conforme custos unitários apostos na **tabela acima.**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

I. Gestão/Unidade: **Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo;**

II. Fonte de Recursos: **Tesouro do Estado;**

III. Programa de Trabalho: **Orçamento 2026;**

IV. Elemento de Despesa: **44905234, 33903090;**

V. Plano Interno: **Planejamento da Unidade.**

São Paulo, na data da assinatura do documento

Giselle Andreatta Frazão

Chefe de Serviços II – Compras

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

DEMANDA DE COMPRA N° 147380/2026

Tendo como base o disposto no artigo 18 - § 1º - o estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

Os equipamentos de áudio das salas de aula da Faculdade de Educação da USP estão desatualizados ou são insuficientes. Isso compromete a clareza da comunicação nas atividades de ensino, obriga os docentes a um esforço vocal excessivo e dificulta o acesso pleno de estudantes com deficiência auditiva ou outras necessidades específicas. Também faltam meios adequados para registrar aulas, bancas, seminários e atividades de pesquisa, como entrevistas e grupos focais. Para resolver esse problema, é necessário adquirir amplificadores e gravadores de voz, em linha com o Planejamento de Compras de 2026. A contratação atende ao interesse público porque garante a qualidade e a continuidade do ensino e da pesquisa oferecidos pela Universidade, promove a acessibilidade e a inclusão, preserva a saúde dos servidores docentes e contribui para o uso eficiente dos recursos públicos na oferta de um serviço educacional de excelência à sociedade.

II - Descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, em todas as suas dimensões, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho.

A solução deve atender às necessidades de sonorização e registro de áudio das salas de aula da Faculdade de Educação da USP. Como referência de qualidade e desempenho, adotam-se o amplificador NCA SA100 (100 W RMS) e o gravador de voz digital Sony ICD-PX470. Nos termos do art. 41, I, "d", da Lei nº 14.133/2021, a indicação de marca e modelo serve apenas para descrever o objeto com mais clareza. Serão aceitos produtos equivalentes, similares ou de melhor qualidade que atendam às especificações mínimas abaixo. Assim se preserva a competitividade do certame (art. 9º).

Requisitos técnicos e de desempenho

Amplificador (referência: NCA SA100 ou equivalente)

Potência mínima de 100 W RMS em 4 ohms, adequada à sonorização de salas de aula de médio porte.
Equalização de graves, médios e agudos.
No mínimo 1 entrada para microfone (P10) e 2 entradas auxiliares RCA com chave seletora, para conectar computador, projetor e outras fontes.
Controles de volume independentes para microfone e entradas auxiliares.
No mínimo 1 saída de linha (Line Out RCA).
Resposta de frequência de 10 Hz a 20 kHz, ou faixa mais ampla.
Distorção harmônica total de no máximo 0,1%.
Alimentação em 127/220 V e consumo de no máximo 140 W.
Formato compacto (aprox. 74 x 216 x 248 mm e 2,1 kg), próprio para instalação em mesa ou rack de sala de aula.

Gravador de voz digital (referência: Sony ICD-PX470 ou equivalente)

Memória interna de no mínimo 4 GB, expansível por cartão microSD até pelo menos 32 GB.
Microfone estéreo integrado de alta sensibilidade, com modos de captação direcionada e ampla. Esses modos atendem entrevistas individuais, grupos focais, aulas e bancas.
Gravação nos formatos MP3 e PCM linear (44,1 kHz/16 bits).
Resposta de frequência de 50 Hz a 20 kHz, ou faixa mais ampla, nos modos de maior qualidade.
Conector USB integrado para transferência direta de arquivos ao computador.
Filtro de corte de ruídos de baixa frequência, como os de projetores, ventiladores e trânsito.
Gravação ativada por voz e predefinições de cena (reunião, entrevista, ditado etc.).
Entrada para microfone externo e saída para fone de ouvido.
Alimentação por pilhas AAA, com autonomia mínima de 50 horas em gravação MP3, compatível com pilhas recarregáveis.
Menu em língua portuguesa.

Requisitos gerais

Os equipamentos devem ser novos, sem uso anterior, e vir com manual em português, cabos e acessórios necessários ao funcionamento.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 10 deste documento.

Garantia: mínimo de 12 meses contra defeitos de fabricação, sem prejuízo do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). A assistência técnica deve ser prestada no território nacional, de preferência no Estado de São Paulo.
Conformidade legal e regulatória

Os produtos devem ter certificação do Inmetro e homologação da Anatel, quando exigidas pela legislação aplicável.
Os equipamentos devem ser compatíveis com o uso por pessoas com deficiência, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

Critérios de sustentabilidade

Ambiental:
Preferência por equipamentos com baixo consumo de energia e reduzido consumo em espera. Deve-se observar a restrição a substâncias perigosas, tendo como referência a diretiva RoHS. As embalagens devem ser preferencialmente recicláveis.
No caso do gravador, recomenda-se usar pilhas recarregáveis para reduzir o descarte. Devem ser observadas a logística reversa de eletroeletrônicos e o descarte adequado de pilhas e baterias (Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 10.240/2020 e Resolução CONAMA nº 401/2008).

Econômica:
A escolha deve considerar o ciclo de vida do produto, e não apenas o menor preço (Lei nº 14.133/2021, arts. 11, I, e 34). Isso inclui durabilidade, disponibilidade de peças, custo de manutenção e consumo de energia. A expansão de memória por microSD aumenta a vida útil do gravador e evita a compra de novos equipamentos.

Social:
A solução deve promover acessibilidade e inclusão, preservar a saúde vocal dos docentes e dar suporte à pesquisa qualitativa.
O fornecedor deve cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

Institucional:
A contratação deve estar alinhada ao desenvolvimento nacional sustentável (Lei nº 14.133/2021, art. 5º) e ao Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis (Decreto Estadual nº 53.336/2008).

Padrões mínimos de qualidade
Os equipamentos devem ter construção robusta, adequada ao uso intensivo, operação simples por docentes e técnicos, e compatibilidade com a infraestrutura existente. No recebimento, será verificado se os produtos atendem às especificações acima e se funcionam corretamente.

III - Levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas possíveis, e justificativas técnica e econômica da escolha da solução a contratar.

Nos termos do art. 18, § 1º, V, da Lei nº 14.133/2021, foram analisadas as alternativas disponíveis no mercado para atender às necessidades de sonorização e registro de áudio das salas de aula da Faculdade de Educação da USP. O objetivo foi identificar a solução mais vantajosa para a Administração do ponto de vista técnico e econômico.

Para a amplificação sonora, a primeira alternativa analisada foi manter ou consertar os equipamentos atuais. Essa opção evitaria uma compra imediata, mas foi descartada. Os equipamentos estão desatualizados, o conserto tem custo recorrente, as peças de reposição podem ser difíceis de encontrar e a qualidade do áudio continuaria insuficiente. Também foram consideradas as caixas de som ativas portáteis com microfone. Elas oferecem mobilidade e instalação simples, mas têm potência e durabilidade menores para uso contínuo, dependem de baterias que se desgastam, correm mais risco de perda ou dano e se integram pouco aos projetores e computadores das salas. Os sistemas profissionais completos, com mesa de som, amplificador de potência e caixas dedicadas, têm alto desempenho. No entanto, custam muito mais, exigem instalação complexa e operador técnico e superam a necessidade de salas de aula de médio porte. A contratação de serviço ou a locação de sonorização também foi descartada: ela serve para eventos pontuais, não para o uso diário das aulas, e gera custo recorrente maior no longo prazo. Por fim, foi analisado o amplificador compacto com mixer integrado, que tem como referência o modelo NCA SA100 ou equivalente. Essa alternativa oferece potência adequada de 100 W RMS, entradas para microfone e fontes auxiliares, controles independentes, operação simples, baixo consumo de energia e custo reduzido.

Para o registro de áudio de aulas, bancas, seminários e atividades de pesquisa, avaliou-se primeiro o uso dos smartphones pessoais de docentes e pesquisadores. Essa opção não gera custo para a Unidade, mas a qualidade de captação varia e o trabalho passa a depender de equipamento particular. Além disso, há riscos à guarda e à segurança dos dados de pesquisas com seres humanos, protegidos pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e pela Resolução CNS nº 510/2016. Os gravadores genéricos de baixo custo têm preço menor, mas

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

qualidade, garantia e assistência técnica incertas, além de vida útil mais curta. Os gravadores portáteis de nível profissional oferecem qualidade de estúdio, mas custam bem mais, são mais complexos de operar e têm recursos que excedem a necessidade de registro de voz. Já o gravador digital de voz de linha intermediária, que tem como referência o modelo Sony ICD-PX470 ou equivalente, reúne as características necessárias. Ele tem microfone estéreo com modos de captação direcionado e amplo, filtro de ruído, gravação em MP3 e PCM, memória expansível, conector USB integrado, longa autonomia e assistência técnica no Brasil. Sua limitação, o uso de pilhas AAA, pode ser resolvida com pilhas recarregáveis.

Do ponto de vista técnico, o amplificador compacto com mixer integrado é a solução que melhor atende à necessidade de sonorização. A potência de 100 W RMS é suficiente para salas de aula de médio porte. As entradas para microfone e para duas fontes auxiliares integram a fala do docente ao áudio de computadores e projetores. Os controles de volume e a equalização são independentes, e a operação é simples o bastante para docentes e técnicos, sem necessidade de operador especializado. Da mesma forma, o gravador digital de voz de linha intermediária é o mais adequado para o registro de áudio. Seus modos de captação atendem desde entrevistas individuais até grupos focais, aulas e bancas. O filtro de ruído de baixa frequência reduz a interferência de projetores e ventiladores. A memória de 4 GB, expansível até 32 GB, e a autonomia de até 55 horas em MP3 permitem registros longos. O conector USB facilita a transferência dos arquivos para os computadores da Unidade. Além disso, os dados de pesquisa ficam em equipamento institucional, o que protege sua guarda e confidencialidade.

Do ponto de vista econômico, as soluções escolhidas têm a melhor relação custo-benefício entre as alternativas analisadas. Elas custam muito menos que sistemas profissionais completos e gravadores de nível profissional. Também evitam o custo recorrente de locação e o gasto contínuo com consertos dos equipamentos atuais, e oferecem durabilidade e garantia superiores às dos produtos genéricos. O baixo consumo de energia do amplificador (até 140 W) e a possibilidade de usar pilhas recarregáveis no gravador reduzem o custo operacional ao longo da vida útil dos equipamentos, conforme os arts. 11, I, e 34 da Lei nº 14.133/2021. Na consulta preliminar feita em setembro de 2026, o amplificador de referência foi encontrado por R$ 509,00 na Conca Music, R$ 524,00 na Transom e R$ 528,84 na OPSOM, o que resulta em um preço médio unitário de R$ 520,61. Para o gravador digital de voz de referência, o valor unitário estimado é de R$ 800,00. A estimativa definitiva do valor da contratação seguirá a pesquisa de preços prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com consulta a painéis de preços públicos, contratações similares, sites especializados e fornecedores.

Pelas razões técnicas e econômicas expostas, a solução escolhida é a aquisição de amplificadores compactos com mixer integrado e de gravadores digitais de voz, conforme as especificações mínimas descritas nos requisitos da contratação. A marca e o modelo indicados servem apenas como referência, e serão aceitos produtos equivalentes, similares ou de melhor qualidade, para preservar a competitividade do certame.

IV - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

A solução consiste na aquisição de 20 amplificadores compactos com mixer integrado, tendo como referência o modelo NCA SA100 ou equivalente, e de 6 gravadores digitais de voz, a previsão inicial eram 10 gravadores mas houve novo estudo após atualização via projetos de docentes e a quantidade foi revista para 6 (seis) tendo como referência o modelo Sony ICD-PX470 ou equivalente. Os equipamentos serão destinados às salas de aula, aos espaços de bancas e seminários e às atividades de pesquisa da Faculdade de Educação da USP. A marca e o modelo indicados servem apenas como parâmetro de qualidade e desempenho, e serão aceitos produtos equivalentes, similares ou de melhor qualidade que atendam às especificações mínimas descritas nos requisitos da contratação.

A solução busca modernizar a infraestrutura multimídia da Unidade de forma integrada. Os amplificadores serão ligados às caixas acústicas compatíveis já existentes nas salas e permitirão integrar a voz do docente ao áudio de computadores, projetores e outras fontes auxiliares. Com isso, a fala fica mais inteligível, o esforço vocal dos docentes diminui e a acessibilidade dos estudantes melhora, conforme a Lei nº 13.146/2015. Os gravadores digitais de voz serão usados para registrar aulas, bancas, seminários, entrevistas e grupos focais. Os dados de pesquisa ficarão guardados em equipamento institucional, conforme a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e a Resolução CNS nº 510/2016. Os arquivos poderão ser transferidos pelo conector USB para os computadores da Unidade.

Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, e estar em linha de fabricação. Deverão ser entregues em suas embalagens originais lacradas, com todos os acessórios que os acompanham de fábrica, manual de instruções em língua portuguesa e certificado de garantia. A entrega será feita pelo fornecedor no endereço da Faculdade de Educação da USP, sem custo adicional de frete, transporte ou seguro. O recebimento seguirá o art. 140 da Lei nº 14.133/2021. Primeiro, haverá o recebimento provisório, para posterior verificação da conformidade com as especificações. Depois, o recebimento definitivo, após teste de funcionamento e conferência da quantidade e da qualidade dos itens. Após o recebimento definitivo, os bens serão incorporados ao patrimônio da Unidade. A instalação e a ligação dos amplificadores às caixas acústicas serão feitas pela equipe técnica da Faculdade, por isso não é necessário contratar serviço de instalação. Como os

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 6 deste documento.

equipamentos são de operação simples, o manual do fabricante basta para orientar os usuários, sem necessidade de treinamento específico.

Quanto à manutenção e à assistência técnica, o fornecedor deverá oferecer garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo. Essa garantia não afasta a garantia legal prevista no art. 26, II, da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). Durante o período de garantia, deverá haver assistência técnica autorizada pelo fabricante em território nacional, preferencialmente no Estado de São Paulo. Os reparos deverão ser concluídos em até 30 dias corridos a partir da comunicação do defeito, conforme o art. 18, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor. Se o defeito não for sanado nesse prazo, o fornecedor deverá substituir o equipamento por outro novo, de mesmo modelo ou superior. Todos os custos de deslocamento, transporte, peças e mão de obra ficarão a cargo do fornecedor ou do fabricante durante o período de garantia. Depois da garantia, a manutenção será feita sob demanda, por meio dos procedimentos regulares de manutenção da Unidade. A escolha de marcas com rede de assistência consolidada no país e com peças de reposição disponíveis contribui para a durabilidade dos equipamentos e para um menor custo ao longo do ciclo de vida, conforme o art. 11, I, da Lei nº 14.133/2021.

A solução também incorpora práticas de sustentabilidade. As embalagens, os equipamentos ao fim da vida útil e as pilhas usadas nos gravadores deverão seguir a logística reversa prevista na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e na Resolução CONAMA nº 401/2008. A preferência é pelo uso de pilhas recarregáveis, para reduzir o volume de resíduos e o custo operacional.

Assim, a solução escolhida abrange o fornecimento dos equipamentos, a entrega, a garantia e a assistência técnica. Ela é suficiente para atender à necessidade identificada, dentro dos princípios da eficiência, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

V - Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

A Faculdade de Educação da USP estima contratar 20 amplificadores compactos com mixer integrado, com referência no modelo NCA SA100 ou equivalente, e 6 gravadores digitais de voz, originalmente o pedido era de 10 gravadores mas devido a entrada de material via projeto a atual quantidade passou a ser de 6 gravadores, com referência no modelo Sony ICD-PX470 ou equivalente. Essas quantidades seguem o planejamento de compras de 2026 e partem da análise das necessidades reais da Unidade, com base no levantamento dos espaços e nas demandas de ensino e pesquisa.

A quantidade de amplificadores foi definida pelo levantamento das salas de aula e dos espaços de uso coletivo da Unidade que precisam de sonorização. O critério adotado é de um amplificador por ambiente. Foram contados os espaços que já têm caixas acústicas compatíveis (4 ohms) e cujos equipamentos atuais estão desatualizados, com defeito ou fora de funcionamento. A memória de cálculo, portanto, é a seguinte: 17 salas de aula mais 3 espaços de bancas, seminários ou auditórios, o que totaliza 20 ambientes. Com um amplificador por ambiente, chega-se a 20 unidades. Essa quantidade atende de uma só vez a todos os espaços identificados e evita que a qualidade do som varie de uma sala para outra.

A quantidade de gravadores digitais de voz foi definida pelas demandas de registro de áudio de aulas, bancas de defesa, seminários, entrevistas e grupos focais das pesquisas desenvolvidas na Unidade. Os equipamentos formarão um acervo institucional de uso compartilhado, sob controle patrimonial e com empréstimo mediante agendamento. A memória de cálculo considera uma unidade por departamento ou setor demandante, mais unidades destinadas à pós-graduação, o que resulta em 6 unidades. Essa quantidade permite atender a várias atividades ao mesmo tempo, sem ociosidade dos equipamentos e sem obrigar docentes e pesquisadores a usar aparelhos pessoais. Com isso, os dados de pesquisa ficam protegidos, conforme a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e a Resolução CNS nº 510/2016.

Com base no levantamento de mercado, estima-se o seguinte valor para a contratação. Para os amplificadores, 20 unidades multiplicadas pelo preço médio unitário de R$ 520,61 resultam em R$ 10.412,20. Para os gravadores, 6 unidades multiplicadas pelo valor unitário estimado de R$ 800,00 resultam em R$ 4.800,00. O valor total estimado da contratação é, portanto, de R$ 15.212,20. Esse valor é preliminar e poderá mudar após a pesquisa de preços definitiva prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Esta estimativa se apoia nos seguintes documentos, que devem ser anexados ao processo: o Plano de Contratações Anual de 2026 da Unidade, conforme o art. 12, VII, da Lei nº 14.133/2021; o levantamento dos ambientes que precisam de sonorização, com a identificação de cada sala; o relatório de inventário patrimonial com a situação dos equipamentos atuais; as solicitações ou manifestações dos departamentos, da pós-graduação e dos setores demandantes; e os orçamentos e registros da pesquisa de preços.

Quanto à interdependência com outras contratações, esta aquisição faz parte do projeto de modernização dos equipamentos multimídia das salas de aula previsto no planejamento de 2026. Para funcionar plenamente, os amplificadores dependem de caixas acústicas compatíveis, microfones e cabos de conexão,

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 6 de 9 deste documento.

já existentes na Unidade. Os gravadores dependem de pilhas.

Para gerar economia de escala, as quantidades foram reunidas em um único processo, em vez de compras fracionadas ao longo do exercício. Isso reduz os custos administrativos de várias licitações e de gestão de contratos, permite obter preços unitários menores com volumes maiores e evita o fracionamento indevido da despesa. A contratação será dividida em itens, um para os amplificadores e outro para os gravadores, com adjudicação por item. Assim, fornecedores especializados em cada tipo de equipamento podem participar, o que amplia a competitividade, conforme o art. 40, V, "b", e § 2º, da Lei nº 14.133/2021, sem perder os ganhos de escala dentro de cada item. A Unidade também poderá verificar se outras unidades da USP têm demandas semelhantes. Nesse caso, a aquisição poderia ser feita de forma conjunta ou por Sistema de Registro de Preços, conforme os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, o que ampliaria a economia de escala e a padronização dos equipamentos na Universidade.

Assim, as quantidades estimadas são necessárias e suficientes para atender à demanda identificada, dentro dos princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

O valor da contratação foi estimado com base em pesquisa de preços de mercado. O objetivo é que o valor corresponda aos preços praticados no mercado e sirva de parâmetro para avaliar a aceitabilidade das propostas e evitar sobrepreço ou preços inexequíveis.

Na pesquisa preliminar de setembro de 2026, foram consultados sites especializados e de ampla divulgação, conforme o art. 23, § 1º, III, da Lei nº 14.133/2021, com registro da data e da hora de cada acesso. O amplificador compacto com mixer integrado, com referência no modelo NCA SA100 ou equivalente, foi encontrado por R$ 509,00 na Conca Music, R$ 524,00 na Transom e R$ 528,84 na OPSOM. Somados, os três valores dão R$ 1.561,84. Dividido por três, esse total resulta em um preço unitário de referência de R$ 520,61, obtido pela média aritmética. A mediana das cotações é de R$ 524,00. O coeficiente de variação é de cerca de 2%, o que indica um conjunto de preços homogêneo, sem valores muito altos ou muito baixos que precisem ser descartados. Por isso, a média aritmética é um parâmetro adequado. Para o gravador digital de voz, com referência no modelo Sony ICD-PX470 ou equivalente, o preço unitário de referência estimado é de R$ 800,00.

A memória de cálculo é a seguinte. O item 1 são 20 amplificadores compactos com mixer integrado, ao preço unitário de referência de R$ 520,61, o que dá um valor total de R$ 10.412,20. O item 2 são 6 gravadores digitais de voz, ao preço unitário de referência de R$ 800,00, o que dá um valor total de R$ 4.800,00. Assim, o valor total estimado da contratação é de R$ 15.212,20 (quinze mil, duzentos e doze reais e vinte centavos). Os preços de referência incluem todos os custos diretos e indiretos, como tributos, frete, embalagem, seguro e a garantia mínima de 12 meses exigida na descrição da solução.

Esse valor é preliminar. Antes da publicação do edital, ele será confirmado ou ajustado pela pesquisa de preços definitiva, que deverá combinar os parâmetros do art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Deverão ser consultados painéis de preços públicos e o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), além de contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no ano anterior à publicação do edital. Quando aplicável, também deverão ser consultados os registros da Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo (BEC/SP). A pesquisa pode ainda incluir cotação direta com pelo menos três fornecedores, por solicitação formal, com justificativa da escolha desses fornecedores e com orçamentos obtidos até seis meses antes da publicação do edital. Recomenda-se que o preço de referência do gravador seja completado com pelo menos três cotações de fontes diferentes, para que tenha a mesma robustez do preço do amplificador. Se surgirem valores discrepantes, eles deverão ser descartados com justificativa no processo.

A estimativa se apoia nos seguintes documentos, que devem ser anexados ao processo: os registros da pesquisa de preços em sites especializados, com identificação do fornecedor, descrição do produto, preço, data e hora de acesso; os orçamentos ou registros que comprovam o valor de referência do gravador digital de voz; as consultas a painéis de preços públicos, ao PNCP e a contratações similares, quando feitas; as cotações formais recebidas de fornecedores, com as respectivas solicitações; e a planilha de consolidação dos preços, com a memória de cálculo da média, da mediana e do coeficiente de variação.

A Administração não adotará o orçamento sigiloso previsto no art. 24 da Lei nº 14.133/2021. Por isso, o valor estimado da contratação, os preços unitários de referência e a memória de cálculo constarão do edital e de seus anexos, e os documentos de suporte integrarão os autos do processo, acessíveis a qualquer interessado. Essa opção segue os princípios da publicidade e da transparência previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Ela permite que os licitantes conheçam os parâmetros adotados pela Administração e facilita o controle social e o controle pelos órgãos de controle interno e externo. Por se tratar de bens comuns, com preços homogêneos e amplamente conhecidos no mercado, a divulgação do valor estimado não compromete a

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 6 deste documento.

competitividade do certame. Além disso, o valor estimado servirá como critério objetivo para avaliar a aceitabilidade das propostas.

Assim, o valor estimado de R$ 15.212,20 é compatível com os preços de mercado e com as quantidades definidas, dentro dos princípios da economicidade, da eficiência e da transparência previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

VII - Justificativas para o parcelamento ou não da solução.

Tecnicamente, o objeto pode ser dividido sem prejuízo. Os amplificadores e os gravadores funcionam de forma independente, têm finalidades diferentes e não precisam ser instalados ou integrados um ao outro. Por isso, ter fornecedores diferentes para cada item não afeta o resultado da solução.

VIII - Contratações correlatas e/ou interdependentes.

Para funcionar, os amplificadores compactos com mixer integrado dependem de caixas acústicas compatíveis com impedância de 4 ohms. Essas caixas já estão instaladas nas salas de aula e nos demais ambientes atendidos. Por isso, não é preciso comprar caixas nem contratar serviço de montagem ou adequação da estrutura de sonorização. A ligação dos amplificadores às caixas e às fontes de áudio, como computadores e projetores, será feita pela equipe técnica da Faculdade de Educação da USP. Assim, também não será contratado serviço de instalação.

Os gravadores digitais de voz funcionam com pilhas do tipo AAA, e a Unidade já tem estoque desse material em quantidade suficiente para o uso previsto. Por isso, não é preciso comprar pilhas junto com esta contratação. A memória interna de 4 GB atende às demandas de registro de aulas, bancas, seminários, entrevistas e grupos focais, então não é necessário comprar cartões de memória. A transferência dos arquivos será feita pelo conector USB integrado aos computadores que a Unidade já possui. Desse modo, não há necessidade de softwares ou equipamentos complementares.

IX - Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração, observadas as disposições do artigo 16 do Decreto n° 67.689, de 3 de maio de 2023.

Esta contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026 da Faculdade de Educação da USP. Ela foi registrada sob o código 102139-113/2026, com o título "Equipamentos para audio e vídeo - Mídia".

A aquisição dos 20 amplificadores compactos com mixer integrado e dos 6 gravadores digitais de voz corresponde ao objeto dessa demanda. Ela faz parte do projeto de modernização dos equipamentos multimídia das salas de aula planejado para o exercício de 2026. Os equipamentos pertencem à categoria de áudio e vídeo prevista no Plano e se destinam ao mesmo fim: melhorar a infraestrutura de ensino, dar mais acessibilidade às atividades acadêmicas e apoiar o registro de aulas, bancas, seminários e pesquisas da Unidade.

A inclusão da demanda no Plano mostra que a contratação foi planejada com antecedência e que está de acordo com as prioridades da Administração. Essa previsão permite organizar o calendário de compras, planejar o orçamento e reunir as necessidades da Unidade em um único processo, o que evita compras emergenciais ou fracionadas ao longo do exercício. O valor total estimado da contratação, R$ 15.212,20, é compatível com a demanda registrada no Plano e será pago com os recursos orçamentários da Unidade destinados a esse fim.

X - Demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Quanto à economicidade, o valor estimado de R$ 15.212,20 foi definido com base em preços de mercado homogêneos e será confirmado pela pesquisa de preços definitiva. A disputa por item, exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, amplia a concorrência e favorece a obtenção de propostas mais vantajosas. Reunir toda a demanda do exercício em um único processo também produz economia de escala e reduz os custos administrativos de várias contratações. A troca dos equipamentos atuais, que estão desatualizados, com defeito ou fora de funcionamento, acaba com os gastos recorrentes de conserto e com as soluções improvisadas. Além disso, a compra de equipamentos próprios dispensa a locação de sonorização ou a contratação de serviços de gravação para atividades acadêmicas. A garantia mínima de 12 meses, com assistência técnica autorizada, transfere ao fornecedor os custos de reparo no primeiro ano de uso. O baixo consumo de energia dos amplificadores e a durabilidade dos equipamentos reduzem o custo total ao longo do ciclo de vida, conforme o art. 11, I, da Lei nº 14.133/2021.

Quanto aos recursos humanos, a amplificação sonora reduz o esforço vocal dos docentes. Isso preserva sua saúde e sua capacidade de trabalho e diminui o risco de problemas de voz ligados ao exercício da profissão. A equipe técnica da Unidade deixará de gastar tempo com consertos e ajustes em equipamentos obsoletos e poderá se dedicar a outras atividades de suporte. A mesma equipe fará a ligação dos amplificadores à infraestrutura existente, o que aproveita a capacidade técnica disponível na Faculdade. Como os

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 6 deste documento.

equipamentos são de operação simples, não será preciso oferecer treinamento específico nem manter operador especializado. Os gravadores institucionais também evitam que docentes e pesquisadores usem aparelhos pessoais, o que dá mais segurança e regularidade ao trabalho acadêmico.

Quanto aos recursos materiais, a solução aproveita a infraestrutura que a Unidade já possui. Ela usa as caixas acústicas instaladas nas salas de aula, o estoque de pilhas disponível e os computadores e projetores que já estão em uso, sem necessidade de contratações correlatas ou interdependentes. A padronização dos equipamentos facilita a operação, o controle patrimonial, o acionamento da garantia e a manutenção futura. Os gravadores formarão um acervo institucional de uso compartilhado, com empréstimo mediante agendamento, para que sejam usados de forma contínua e não fiquem ociosos. A logística reversa das embalagens, das pilhas e dos equipamentos ao fim da vida útil, prevista na Lei nº 12.305/2010, garante a destinação correta dos resíduos.

Quanto aos recursos financeiros, a contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, sob o código 102139-113/2026. Por isso, os recursos orçamentários podem ser programados com antecedência, sem gastos emergenciais e sem fracionamento da despesa. Como os equipamentos atendem todos os ambientes identificados ao mesmo tempo, o investimento produz resultado imediato e duradouro, e a Unidade não precisará fazer novas compras do mesmo objeto a curto prazo.

Além desses ganhos, a contratação deve trazer resultados de interesse público. A fala dos docentes ficará mais inteligível nas aulas, o que melhora a qualidade do ensino. A acessibilidade dos estudantes aumenta, especialmente para quem tem deficiência auditiva ou dificuldade de concentração, conforme a Lei nº 13.146/2015. Os dados de pesquisa passarão a ser registrados e guardados em equipamentos institucionais, o que protege sua segurança e confidencialidade, conforme a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e a Resolução CNS nº 510/2016. Para acompanhar esses resultados, a Unidade poderá observar o número de ambientes com sonorização em funcionamento, a quantidade de chamados de manutenção de equipamentos de áudio e a frequência de empréstimo dos gravadores.

Assim, a contratação pretende melhorar as condições de ensino e pesquisa da Unidade com o menor custo possível e com o melhor aproveitamento dos recursos já disponíveis, dentro dos princípios da eficiência, da economicidade e do planejamento previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

XI - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

Quanto à infraestrutura, não são necessárias adequações. As caixas acústicas compatíveis, com impedância de 4 ohms, já estão instaladas nas salas de aula e nos demais ambientes atendidos. Os computadores e projetores que serão ligados aos amplificadores e que receberão os arquivos dos gravadores também já estão em uso na Unidade. Os amplificadores funcionam na rede elétrica existente, com baixo consumo de energia, e não exigem obras, reforma elétrica ou mudanças no mobiliário. Também não é preciso obter licenças, alvarás ou autorizações de órgãos externos. Os bens são comuns, vendidos livremente no mercado e usados em ambiente acadêmico, sem exigências regulatórias específicas.

Quanto à capacitação, não é necessário treinamento específico para os servidores que farão a gestão e a fiscalização do contrato. O objeto é a compra de bens comuns, com entrega em parcela única e especificações técnicas objetivas. Por isso, a fiscalização se resume a conferir a quantidade, a conformidade com as especificações, o funcionamento dos equipamentos e a documentação de garantia. Essas atividades já fazem parte da rotina dos servidores da Unidade responsáveis pelo recebimento de bens e pelo controle patrimonial. A operação dos equipamentos também é simples, e o manual do fabricante basta para orientar docentes e técnicos.

Assim, a primeira providência necessária é planejar a troca dos amplificadores para que ocorra fora do período letivo. A retirada dos equipamentos atuais e a ligação dos novos amplificadores às caixas acústicas, feitas pela equipe técnica da Faculdade, deixam as salas temporariamente sem sonorização. Para não prejudicar aulas, bancas e seminários, a Unidade deverá definir um cronograma de substituição para o período de recesso ou de férias escolares, de acordo com o calendário acadêmico da USP. O prazo de entrega previsto no contrato deverá ser compatível com esse cronograma, para que os equipamentos cheguem com antecedência suficiente para o recebimento, a conferência, a incorporação patrimonial e a instalação antes do início do período letivo seguinte.

A segunda providência é aumentar a cota de pilhas do tipo AAA destinada ao serviço de audiovisual, responsável pela guarda e pelo empréstimo dos gravadores digitais de voz. A Unidade já tem estoque desse material, então não é preciso fazer uma nova compra. Basta redistribuir o estoque existente para atender ao aumento de consumo gerado pelos 6 novos gravadores. Essa medida garante que os equipamentos possam ser emprestados e usados desde o recebimento, sem interrupções por falta de alimentação. Sempre que possível, deverão ser usadas pilhas recarregáveis, para reduzir o volume de resíduos e o custo operacional.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

As pilhas usadas deverão ser destinadas à logística reversa, conforme a Lei nº 12.305/2010 e a Resolução CONAMA nº 401/2008.

Portanto, as únicas providências prévias à celebração do contrato são o planejamento da troca dos amplificadores fora do período letivo e o aumento da cota de pilhas destinada ao serviço de audiovisual. Com essas medidas, a Unidade estará plenamente preparada para executar o contrato, com eficiência, sem interromper as atividades acadêmicas e com melhor aproveitamento dos recursos já disponíveis, dentro dos princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

Foram analisados os possíveis impactos ambientais da aquisição de 20 amplificadores compactos com mixer integrado e de 6 gravadores digitais de voz, junto com as medidas para reduzi-los. A análise cobriu todo o ciclo de vida dos equipamentos: fabricação, transporte, uso e descarte. Ela segue o princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto no art. 5º e o objetivo do art. 11, IV, da mesma Lei, além da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e da Política Estadual de Resíduos Sólidos de São Paulo (Lei Estadual nº 12.300/2006).

Os impactos ambientais desta contratação são baixos. Trata-se de bens comuns, de pequeno porte, que não exigem obras, adequações de infraestrutura nem uso intensivo de recursos naturais durante a operação. Mesmo assim, foram identificados quatro impactos possíveis: o consumo de energia elétrica dos amplificadores; a geração de resíduos de pilhas usadas nos gravadores; a geração de resíduos de embalagens na entrega; e a geração de resíduos eletroeletrônicos, tanto dos equipamentos atuais que serão substituídos quanto dos novos equipamentos ao fim de sua vida útil.

Quanto ao consumo de energia, os amplificadores deverão ter baixo consumo, tendo como referência o consumo máximo de 140 W do modelo NCA SA100 ou equivalente. Essa potência é adequada para salas de aula de médio porte e evita equipamentos superdimensionados. Para reduzir o consumo, os servidores e docentes deverão ser orientados a desligar os amplificadores ao final de cada aula e nos períodos sem uso. Os gravadores digitais de voz consomem pouca energia e têm longa autonomia, de até 55 horas em gravação MP3 no modelo de referência, o que reduz a troca de pilhas. A transferência dos arquivos pelo conector USB integrado aos computadores já existentes dispensa cabos, carregadores ou equipamentos adicionais. Com essas medidas, o custo energético e o impacto ambiental ao longo do ciclo de vida diminuem, conforme o art. 34, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Quanto às embalagens, os equipamentos deverão ser entregues preferencialmente em embalagens de material reciclável, como papelão e papel, com o mínimo necessário para proteger os produtos no transporte e no armazenamento. Depois do recebimento, as embalagens deverão ser separadas e encaminhadas à coleta seletiva da Unidade ou devolvidas ao fornecedor. A entrega em parcela única para cada item também reduz o número de deslocamentos e, com isso, as emissões ligadas ao transporte.

Quanto aos resíduos eletroeletrônicos, os equipamentos deverão ser novos, estar em linha de fabricação e contar com assistência técnica autorizada e peças de reposição disponíveis no país. Essas exigências aumentam a vida útil dos bens e adiam o descarte. Sempre que possível, será dada preferência a produtos que não contenham substâncias perigosas acima dos limites aceitos internacionalmente, como chumbo, mercúrio e cádmio. Os amplificadores atuais que forem substituídos deverão passar pelos procedimentos de desfazimento de bens patrimoniais da Universidade. Primeiro, deverá ser avaliada a possibilidade de reaproveitá-los em outros setores ou de doá-los, quando estiverem em condições de uso. Os equipamentos sem condições de uso deverão ser destinados de forma ambientalmente adequada, por meio de empresas ou cooperativas licenciadas para reciclagem de resíduos eletroeletrônicos, ou de sistemas de logística reversa dos fabricantes, conforme o art. 33, VI, da Lei nº 12.305/2010 e o Decreto nº 10.240/2020. O mesmo procedimento valerá para os novos equipamentos ao fim de sua vida útil. No caso dos gravadores, antes do desfazimento, todos os arquivos deverão ser apagados de forma definitiva, para proteger os dados de pesquisa, conforme a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Assim, a contratação tem impactos ambientais reduzidos, e as medidas descritas garantem o uso eficiente de energia, a redução de resíduos e a destinação correta dos bens e refugos. Com isso, a aquisição segue os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da eficiência e da economicidade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como as diretrizes de contratações públicas sustentáveis do Estado de São Paulo.

XIII - Manifestação conclusiva sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

De acordo com o art. 18, § 1º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, e com base nos estudos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é viável e adequada para atender à necessidade da Faculdade de Educação da USP.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

A necessidade é modernizar a infraestrutura de sonorização e de registro de áudio das salas de aula e dos espaços acadêmicos da Unidade. Os equipamentos atuais estão desatualizados, com defeito ou fora de funcionamento, o que prejudica a qualidade do ensino, a acessibilidade dos estudantes, a saúde vocal dos docentes e a segurança dos dados de pesquisa. O levantamento de mercado analisou as alternativas disponíveis e mostrou que a aquisição de 20 amplificadores compactos com mixer integrado, com referência no modelo NCA SA100 ou equivalente, e de 6 gravadores digitais de voz, com referência no modelo Sony ICD-PX470 ou equivalente, é a solução com a melhor relação entre desempenho técnico, custo e facilidade de operação. A marca e o modelo indicados servem apenas como referência de qualidade e desempenho. Serão aceitos produtos equivalentes, similares ou de melhor qualidade, para preservar a competitividade do certame.

As quantidades foram definidas com base nos ambientes que precisam de sonorização e nas demandas de ensino e pesquisa da Unidade. O valor total estimado é de R$ 15.212,20, compatível com os preços de mercado. Ele será divulgado no edital, sem adoção de orçamento sigiloso, e será confirmado pela pesquisa de preços definitiva. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, sob o código 102139-113/2026, com o título "Equipamentos para audio e vídeo - Mídia", o que mostra seu alinhamento com o planejamento da Administração. A divisão em dois itens independentes, com adjudicação por item e disputa exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, amplia a competitividade sem perder a economia de escala e sem dificultar a gestão do contrato.

A solução aproveita a infraestrutura já existente na Unidade, como as caixas acústicas instaladas, os computadores, os projetores e o estoque de pilhas. Por isso, não são necessárias contratações correlatas ou interdependentes. As únicas providências prévias são planejar a troca dos amplificadores fora do período letivo e aumentar a cota de pilhas destinada ao serviço de audiovisual. Os impactos ambientais são baixos e serão reduzidos com equipamentos de baixo consumo de energia, preferência por pilhas recarregáveis, uso de embalagens recicláveis e logística reversa dos resíduos e dos bens ao fim da vida útil, conforme a Lei nº 12.305/2010. A garantia mínima de 12 meses, com assistência técnica autorizada, assegura o funcionamento dos equipamentos e protege o investimento da Unidade.

Diante do exposto,declaro que a contratação proposta é técnica e economicamente viável, necessária e suficiente para atender à necessidade identificada. A solução está de acordo com o interesse público e com os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da competitividade, da transparência e do desenvolvimento nacional sustentável previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 10 deste documento.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

TERMO DE REFERÊNCIA PRELIMINAR

DEMANDA DE COMPRA N° 147380/2026

Contemplar os requisitos do inciso XXIII, art. 6°, Lei nº 14.133/2021.

Observaçõe -

Anexo: Vide anexo para "Termo de Referência Preliminar".

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 3 deste documento.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO — FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA PRELIMINAR

Especificações técnicas do objeto

Este Termo de Referência Preliminar descreve as especificações técnicas mínimas dos equipamentos que a Faculdade de Educação da USP pretende adquirir, conforme o Estudo Técnico Preliminar e os arts. 6º, XXIII, e 40, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. As especificações foram escritas de forma genérica, sem características exclusivas de fabricante. As marcas e os modelos citados servem apenas como referência de qualidade e desempenho, conforme o art. 41, I, da mesma Lei. Serão aceitos produtos equivalentes, similares ou de melhor qualidade, para preservar a competitividade do certame.

1. Quadro-resumo do objeto

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Modelo de referência
1	Amplificador de áudio compacto com mixer integrado	Unidade	20	NCA SA100 ou equivalente
2	Gravador digital de voz portátil	Unidade	6	Sony ICD-PX470 ou equivalente

2. Item 1: Amplificador de áudio compacto com mixer integrado (20 unidades)

Equipamento para sonorização de salas de aula e ambientes acadêmicos de médio porte, com mixagem da voz do docente e do áudio de fontes externas.

Característica	Especificação mínima exigida
Tipo	Amplificador compacto de mesa com mixer integrado
Potência de saída	Mínimo de 100 W RMS em 4 ohms
Compatibilidade de carga	Saída para caixas acústicas passivas de 4 ohms (compatível com as caixas já instaladas)
Entrada de microfone	Mínimo de 1 entrada para microfone, conector P10 (6,35 mm)
Entradas auxiliares	Mínimo de 2 entradas auxiliares de linha, conector RCA, com seleção de fonte
Saída de linha	Mínimo de 1 saída de linha (line out), conector RCA
Controles de volume	Volume independente para a entrada de microfone e para as entradas auxiliares
Equalização	Controle de tons com ajuste mínimo de graves e agudos
Resposta de frequência	Mínimo de 20 Hz a 20 kHz
Distorção harmônica total (THD)	Igual ou inferior a 0,1% a 1 kHz
Consumo de energia	Máximo de 140 W

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 5 deste documento.

USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código LT2J-5X5V-ASGD-PEAM no seguinte link: https://portalservicos.usp.br/iddigital/LT2J-5X5V-ASGD-PEAM

Luis Fernando Souto Bargmann Netto

Nº USP: 3432262

Data: 25/09/2026 16:08

Alimentação elétrica	127 V e 220 V (bivolt, automático ou por chave seletora)
Comandos e indicadores	Chave liga/desliga e indicador luminoso de funcionamento
Construção	Gabinete compacto e resistente, próprio para uso contínuo em ambiente interno

3. Item 2: Gravador digital de voz portátil (6 unidades)

Equipamento portátil para registrar aulas, bancas, seminários, entrevistas e grupos focais de pesquisa.

Característica	Especificação mínima exigida
Tipo	Gravador digital de voz portátil, de bolso
Microfone	Microfone estéreo integrado
Modos de captação	Mínimo de 2 modos: direcional/focado (voz individual) e amplo (várias pessoas)
Redução de ruído	Filtro de corte de baixa frequência (low-cut) durante a gravação
Formatos de gravação	MP3 e PCM linear (WAV), com qualidade mínima de 44,1 kHz/16 bits em PCM
Resposta de frequência	Mínimo de 50 Hz a 20.000 Hz (em PCM e em MP3 de alta taxa)
Memória interna	Mínimo de 4 GB
Memória expansível	Compartimento para cartão microSD, com suporte mínimo a 32 GB
Conexão com computador	Conector USB integrado ao corpo do aparelho, sem necessidade de cabo, compatível com USB 2.0 (alta velocidade)
Entrada externa	Entrada para microfone externo, conector P2 estéreo (3,5 mm)
Saída de áudio	Saída para fone de ouvido, conector P2 estéreo (3,5 mm)
Alto-falante	Alto-falante integrado para reprodução
Visor	Visor com informações de gravação, tempo e nível de pilha
Recursos de gravação	Gravação acionada por voz (VOR) e monitoramento da gravação por fone
Recursos de reprodução	Controle de velocidade de reprodução e marcação de faixas, para facilitar a transcrição
Alimentação	2 pilhas AAA, comuns ou recarregáveis
Autonomia	Mínimo de 55 horas de gravação contínua em MP3 com o microfone integrado
Compatibilidade	Reconhecido como dispositivo de armazenamento USB em Windows e macOS, sem software proprietário obrigatório

4. Requisitos comuns aos dois itens

Requisito	Exigência
Condição	Novos, de primeiro uso e em linha de fabricação

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 3 deste documento.

Embalagem	Original e lacrada, preferencialmente de material reciclável
Acessórios	Todos os que vêm de fábrica
Documentação	Manual de instruções em língua portuguesa e certificado de garantia
Garantia	Mínimo de 12 meses contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo
Assistência técnica	Autorizada, em território nacional, preferencialmente no Estado de São Paulo
Comprovação técnica	Indicação de marca e modelo na proposta, com catálogo, folheto ou ficha técnica do fabricante

5. Aceitação de produtos equivalentes

Não será exigido que o produto seja da marca ou do modelo de referência. Serão aceitos equipamentos equivalentes, similares ou de melhor qualidade, desde que tenham desempenho, funcionalidades e características técnicas iguais ou superiores às especificações mínimas deste Termo de Referência. A conformidade será avaliada com base na documentação técnica apresentada pelo licitante. Essa regra garante a ampla participação dos fornecedores e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme os princípios da competitividade, da isonomia e da eficiência do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 3 deste documento.

USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código XKDX-E431-WZHJ-MVVK no seguinte link: https://portalservicos.usp.br/iddigital/XKDX-E431-WZHJ-MVVK

Luis Fernando Souto Bargmann Netto

Nº USP: 3432262

Data: 25/09/2026 16:10

USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código 1NHP-BNVT-2CY4-N138 no seguinte link: https://portalservicos.usp.br/iddigital/1NHP-BNVT-2CY4-N138

Gisele Andreatta Frazão

Nº USP: 6594432

Data: 29/10/2026 15:47

ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL

Proposta Comercial

***** ATENÇÃO: AS INFORMAÇÕES EM VERMELHO NÃO DEVERÃO CONSTAR NA PROPOSTA*****

PROPOSTA COMERCIAL

À Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
Prezados(as) Senhores(as),
Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas., nossa Proposta Comercial, observada a descrição do objeto constantes do Anexo I:

1 - IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:
NOME DA EMPRESA:
CNPJ:
ENDEREÇO:
SITE:
NOME DO REPRESENTANTE:
E-MAIL:
FONE:

Observação: Nos valores apresentados deverão estar incluídos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto. Não será admitida a proposta parcial, isto é, a oferta deverá abranger a integralidade do item de interesse da Proponente.

2- PROPOSTA:

ITEM	OBJETO	UNID.	QTDE.	Valor Unitário	Valor Total
1	AMPLIFICADOR DE ÁUDIO COMPACTO COM MIXER INTEGRADO **Demais especificações constantes no Termo de Referência Preliminar**	UNIDADE	20		
2	GRAVADOR DIGITAL DE VOZ PORTÁTIL **Demais especificações constantes no Termo de Referência Preliminar**	UNIDADE	6		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA			**R$ XXXXX,XX (VALOR POR EXTENSO)**		

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

3 - DAS DEMAIS CONDIÇÕES

Prazo de entrega: 30 dias corridos

Validade da Proposta: 60 dias

Prazo de pagamento: 28 dias

Prazo de garantia:

BANCO DO BRASIL **[1]**
Agencia:
Conta:

Estamos de acordo com os termos da Resolução USP nº 8548/2023, cujo teor encontra-se disponível no seguinte endereço: http://www.leginf.usp.br

Declaramos total concordância com os termos do Edital e seus anexos em referência e das condições da presente licitação.

[1] Considerando que os pagamentos efetuados pela Universidade de São Paulo deverão ser realizados exclusivamente em conta corrente do Banco do Brasil S.A., conforme o artigo 6º da Portaria GR nº 8249/2023; as proponentes que NÃO possuírem conta bancária no Banco do Brasil para fins de indicação no campo supracitado, deverão estar cientes que esses dados deverão ser informados pela empresa vencedora da presente licitação – FE/USP, na qualidade de futura contratada. Nesta hipótese, deverão apresentar declaração se comprometendo a providenciar a abertura da conta no referido banco antes do empenhamento da despesa, para fins de pagamento, juntamente com o Anexo Proposta.

_____, _____ de _____ de _____.

(Local e data)

assinatura
Nome completo do representante legal da empresa
Cargo

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Fornecimento – Licitação (Pregão)

Processo SEI nº 154.00016807/2026-76
Contrato nº NN/2026 - FE-USP

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA [NOME DA EMPRESA] OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO VISUAL.

Ao(s) **DD** dia(s) do mês de **MMM** do ano de **AAAA**, a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por intermédio da **Faculdade de Educação,** inscrita no C.N.P.J. sob nº **63.025.530/0013-48,** localizada na **Avenida da Educação, 308, Butantã – São Paulo, SP, 05508-040,** neste ato representada por seu diretor **José Sérgio Fonseca de Carvalho**, por delegação de competência, nos termos da Portaria GR nº 8.321/2024 e alterações posteriores, na Universidade de São Paulo, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **[NOME DA EMPRESA]**, CNPJ nº **[CNPJ nº],** sediada à **[endereço completo],** representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, demais legislações aplicáveis e normativas referidas no presente contrato, vigentes no âmbito da Universidade de São Paulo, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.3. O objeto do presente instrumento é a contratação de **EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO VISUAL**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.4. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	**Amplificador**	470930	Unidade	20		
2	**Gravador**	448014	Unidade	06		

1.5. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.5.1. Edital da Licitação - **PREGÃO** nº **113/2026 – FE-USP**

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

1.5.2. Termo de Referência;

1.5.3. Proposta Comercial datada de [NN/NN/NNNN];

1.5.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de NN (.....) dias/_____(outros) contados do(a) ..... data de assinatura do contrato/termo de início do fornecimento/_____(outros), na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O **valor total** da contratação é de **R$..... (.....),** de acordo com as quantidades e preços indicados/estimados na **CLÁUSULA PRIMEIRA.**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao **CONTRATADO** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, observadas as disposições da Portaria GR nº 8249/2023.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **DD/MM/AAAA**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice **IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. Ocorrendo o disposto acima, o(s) valor(es) pertinentes, serão reajustados de acordo com a fórmula a seguir:

R = Po . [(IPC / IPCo) - 1]

Onde:

R = parcela de reajuste.

Po = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste.

IPC / IPCo = variação do **IPC FIPE -** Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO,** designando o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o **CONTRATADO**.

8.1.5. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.7.1. A Administração terá o prazo de **20 (vinte)** dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de **20 (vinte)** dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto e, quando aplicável, disponibilizar, por meio virtual ou físico, o manual do usuário, com uma versão em português, e a relação da rede de assistência técnica autorizada.

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.1.3. Comunicar ao **CONTRATANTE**, previamente ao término do prazo de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e correspondente pedido de prorrogação, nos termos do art. 6º da Resolução USP nº 8.548/2023.

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE.**

9.1.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, quando aplicável.

9.1.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando aplicável.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

9.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando aplicável.

9.1.19. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere, quando aplicável.

9.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, quando aplicável.

9.1.21. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, de agente público que desempenhe(ou) função na contratação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Observadas as disposições da Resolução USP nº 8548/2023, que integra este Contrato, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: http://www.leginf.usp.br, comete infração administrativa o **CONTRATADO** que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato.

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

c) dar causa à inexecução total do contrato.

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O **CONTRATADO** que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa, às seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

ii. **Multas** aplicadas e calculadas nos termos da Resolução USP nº 8548/2023.

iii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.1. A aplicação das multas será realizada conforme o disposto a seguir, nos termos da Resolução USP nº 8548/2023:

a) A multa cominatória, que tem por finalidade compelir o **CONTRATADO** ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.

a.1) A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:

I. até o 30º (trigésimo) dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia.

II. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

a.2) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% desse valor.

b) A multa moratória, é aplicável quando o **CONTRATADO**, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.

b.1) A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:

III. Até o 30º (trigésimo) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

IV. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.

b.2) A multa moratória não excederá a 30% (trinta por cento) da obrigação cumprida em atraso e a sua aplicação não impedirá que a Administração a converta em multa por inexecução e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Resolução USP nº 8548/2023.

c) A multa por inexecução total ou parcial do contrato, no importe de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, será aplicada quando for imputável ao **CONTRATADO** a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 26, alínea "b" – Resolução USP nº 8548/2023), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa o **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto.

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE.**

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei de Licitações e Contratos Administrativos (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. As multas devidas pelo **CONTRATADO** poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 – Resolução USP nº 8548/2023).

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

11.11. As multas e demais débitos não pagos pelo **CONTRATADO** são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na Portaria GR nº 6723/2016.

11.12. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:

11.12.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis).

11.12.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta).

11.12.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções - (http://www.esancoes.sp.gov.br).

11.12.4. Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - (https://www.tce.sp.gov.br/apenados).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a **CONTRATANTE** providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas. e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Relatório dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

12.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado de São Paulo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
II. Fonte de Recursos: Tesouro do Estado
III. Programa de Trabalho: Orçamento 2026
IV. Elemento de Despesa: 44905234, 33903090
V. Plano Interno: Planejamento da unidade
VI. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão jurídico do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do órgão na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo em uma das varas da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato.

São Paulo, na data da última assinatura digital.

José Sérgio Fonseca de Carvalho
DIRETOR

Representante legal do **CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:
1- Francisco Rodrigues Dias
2- Liana Lopes Souza

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

ANEXO IV – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna "IR (02)" do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

ANEXO V – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(redação dada pela Resolução nº 10/2024)

CONTRATANTE:
CONTRATADO:
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):
OBJETO:

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.
b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP.
c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, **serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://doe.tce.sp.gov.br/)**, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.
d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);.
e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

9. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação.
b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e **DATA**:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome:
Cargo:
CPF:

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela **CONTRATANTE**:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

Pela **CONTRATADA**:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 68 deste documento.

USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código ZUC9-3WQ5-VRBC-M5VJ no seguinte link: https://portalservicos.usp.br/iddigital/ZUC9-3WQ5-VRBC-M5VJ

José Sergio Fonseca de Carvalho

Nº USP: 92852

Data: 09/11/2026 12:13